

JUVENTUDES, TRABALHO E EDUCAÇÃO: IMPLICAÇÕES DA PANDEMIA À POLÍTICA PÚBLICA DE APRENDIZAGEM PROFISSIONAL

YOUTH, WORK AND EDUCATION: IMPLICATIONS OF THE PANDEMIC ON PUBLIC POLICY
ON PROFESSIONAL LEARNING

JUVENTUD, TRABAJO Y EDUCACIÓN: IMPLICACIONES DE LA PANDEMIA EN LAS
POLÍTICAS PÚBLICAS DE APRENDIZAJE PROFESIONAL

Caio Cesar Silva Nascimento ¹

Manuscrito recebido em: 24 de agosto de 2023.

Aprovado em: 19 de junho de 2024.

Publicado em: 20 de junho de 2024

Resumo

O trabalho traz análises acerca da pandemia de covid-19 e seus impactos educacionais para jovens inscritos na Política Pública de caráter permanente de Aprendizagem Profissional (AP), Lei. n. 10.097/2000. Nesse sentido, apresenta-se acompanhamentos de ações de uma escola do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac-SP), vivenciadas com jovens e educadores de maneira remota/virtual durante o período pandêmico. Por meio dos dados expostos neste trabalho, pôde-se ter como hipótese que, apesar dos avanços relacionados à educação remota, a pandemia expôs, ainda mais, as desigualdades educacionais das juventudes, assim como, a fragilidade de uma política pública direcionada à formação de jovens para e no trabalho.

Palavras-chave: Políticas públicas de educação; Juventude; Trabalho e educação; Pandemia; Educação profissional.

Abstract

The work brings analyzes about the covid-19 pandemic and its educational impacts for young people enrolled in the Permanent Public Policy of Professional Learning (AP), Law n. 10,097/2000. In this sense, follow-up actions of a school of the National Commercial Learning Service (Senac-SP) are presented, experienced with young people and educators in a remote/virtual way during the pandemic period. Through the data exposed in this work, it could be hypothesized that, despite the advances related to remote education, the pandemic further exposed the educational inequalities of young people, as well as the fragility of a public policy aimed at training young people to and from work.

Keywords: Public education policies; Youth; Work and education; Pandemic; Professional education.

Resumen

El trabajo trae análisis sobre la pandemia de covid-19 y sus impactos educativos para los jóvenes inscritos en la Política Pública Permanente de Aprendizaje Profesional (AP), Ley n. 10.097/2000. En

¹ Doutor em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professor na Universidade Estadual do Ceará.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5294-4359> E-mail: caionasser1@gmail.com / caio.nascimento@uece.br

este sentido, se apresentam acciones de seguimiento de una escuela del Servicio Nacional de Aprendizaje Comercial (Senac-SP), vivida con jóvenes y educadores de forma remota/virtual durante el período de pandemia. A través de los datos expuestos en este trabajo, se podría hipotetizar que, a pesar de los avances relacionados con la educación remota, la pandemia expuso aún más las desigualdades educativas de los jóvenes, así como la fragilidad de una política pública orientada a formar jóvenes hacia y desde trabajar.

Palabras clave: Políticas públicas de educación; Juventud; Trabajo y educación; Pandemia; Educación profesional.

Introdução

Este trabalho pretende refletir sobre os impactos do novo coronavírus (covid-19 - disseminada e transmitida de pessoa para pessoa), nas relações educacionais de jovens estudantes de uma escola do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac-SP). Ainda que o foco da discussão esteja nos aspectos educacionais, outras hipóteses relacionadas aos sociais e econômicos também foram levantadas. O artigo objetiva, por meio do relato de experiências que ocorreram no ambiente digital entre março e maio de 2020, discutir sobre possibilidades e exclusões educacionais no contexto do ensino remoto de jovens inscritos na Política Pública de Aprendizagem Profissional durante a pandemia.

O texto centra-se nos impactos da pandemia na educação profissional destinada a jovens e as adaptações às aulas remotas. Contudo, de maneira sucinta e não aprofundada, discute-se sobre os reflexos socioeconômicos da crise humanitária oriunda da covid-19 e sobre a fragilidade nas relações de trabalho entre empregadores e jovens aprendizes.

No período relatado neste trabalho, o autor era Supervisor Pedagógico nessa escola do Senac-SP, o que possibilitou acompanhamento e interação nas ações descritas. Ressalta-se que os jovens e os educadores descritos tiveram ciência e concordaram com a participação na pesquisa.

Este trabalho trata-se de um recorte, com as devidas adaptações, da tese de Doutorado intitulada “Sonhar uma escola: ser uma escola que forma para o trabalho não significa ser a empresa em que os jovens trabalham”, desenvolvida dentro do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Os autores referenciados neste trabalho corroboram com as análises dos contextos atuais implicados neste trabalho, assim como, suas teorias possibilitaram pensar novos caminhos para as práticas de educação profissional com as juventudes.

Juventudes e a Aprendizagem Profissional no contexto da escola Senac-SP

Para iniciar o debate proposto neste trabalho, faz-se importante apresentar algumas características: i. dos jovens desta pesquisa; ii. da Política Pública de Aprendizagem Profissional e iii. da prática pedagógica do Senac-SP. Posteriormente, reflete-se acerca dos impactos da pandemia para os jovens aprendizes.

Esta pesquisa tem como sujeito o jovem. Dessa forma, neste artigo, juventude é uma categoria analisada. Defende-se aqui a perspectiva de juventudes, assumindo o compromisso em qualificar as singularidades e as pluralidades do que é ser jovem na abrangência dos contextos políticos, econômicos, educacionais e sociais. Nesse sentido, apresenta-se um ponto de atenção: a possibilidade de construir noções de juventudes na perspectiva da diversidade, inclusive, nos diferentes contextos socioeconômicos que, por conseguinte, determinam algumas experiências na vida dos jovens. Para Dayrell (2007, p.1108):

[...] é importante situar o lugar social desses jovens, o que vai determinar, em parte, os limites e as possibilidades com os quais constroem uma determinada condição juvenil. Podemos constatar que a vivência da juventude nas camadas populares é dura e difícil: os jovens enfrentam desafios consideráveis. Ao lado da sua condição como jovens, alia-se a da pobreza, numa dupla condição que interfere diretamente na trajetória de vida e nas possibilidades e sentidos que assumem a vivência juvenil. Um grande desafio cotidiano é a garantia da própria sobrevivência, numa tensão constante entre a busca de gratificação imediata e um possível projeto de futuro.

Em princípio, construir uma noção de juventude na perspectiva da diversidade implica afastá-la de categorias rígidas, estáticas, considerando-a como parte de um processo de crescimento mais integral, que adquire contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos. Para Dayrell (2007) essa fase não pode ser entendida e vivenciada como uma preparação para ser adulto.

As informações abaixo sobre o perfil dos discentes retratados neste trabalho, foram extraídas de diálogos que os educadores desenvolvem nas primeiras aulas com intuito de conhecerem um pouco mais os educandos. A maioria dos aprendizes que compôs a pesquisa têm entre 14 e 17 anos e reside em regiões periféricas da capital ou em cidades da região metropolitana de São Paulo. A maior parte deles concluiu o ensino médio e pouquíssimos cursam o ensino superior, em concomitância com o Programa Senac de Aprendizagem Profissional (PSAP). Economicamente, a maioria compõe as classes C (de 4 a 10 salários mínimos) e D (de 2 a 4 salários mínimos).

Nos acompanhamentos realizados presencialmente, anterior a pandemia, era perceptível que os aprendizes são visualmente diferentes: cortes e estilos de cabelos distintos, a roupas diferenciadas, alguns aderem às referências e influências do estilo musical funk em suas roupas, algumas têm cabelos longos e usam saias com corte abaixo do joelho, outros usam os cabelos trançados, poucos, inclusive, trajam roupas sociais e estilo mais formal durante as aulas.

A imagem que a escrita do parágrafo acima intenta produzir, condiz com o que se observara: a diversidade. Sendo assim, diverso, fala-se em juventudes porque esse posicionamento não se limita a uma visão homogeneizadora do universo juvenil que fragiliza a possibilidade de produzir outros modos de ser, de viver e de construir políticas públicas diversas com e para as juventudes.

A juventude, principalmente a adolescência, sofre com a pressão exercida pela sociedade atual para ingresso rápido no mundo do trabalho, apesar de todas as dificuldades dessa entrada, conforme o pensamento de Bock (2007). Parte dos jovens pobres não têm outra escolha a não ser buscar e aceitar “qualquer emprego”, ainda que este seja em condições precárias.

Atualmente, as novas dinâmicas do mundo do trabalho, as exigências por qualificação e experiências profissionais e a complexidade das atividades com o avanço das novas tecnologias dificultam o ingresso de jovens no mercado de trabalho, principalmente para os que não tiveram acesso às ferramentas tecnológicas e à uma formação de nível superior.

O desemprego crônico/estrutural da sociedade capitalista é outro fator que retarda esse ingresso e, com isso, aumenta-se a busca por formação, ainda no período da Educação Básica. As classes sociais têm diferentes oportunidades de formação com o chamado dualismo da educação, expresso na diferenciação entre “o ensino que, aligeirado e profissionalizante, é reservado aos filhos das classes trabalhadoras, e a formação para o trabalho intelectual destinado às elites dirigentes” (Frigotto, 2007; Ramos, 2001).

No que se refere à política pública de Aprendizagem Profissional, para participar dela o jovem necessita ter entre 14 e 24 anos e estar regularmente contratado como aprendiz. Quem solicita a matrícula do jovem no Programa é o seu empregador. Determinada pela Lei n. 10.097/2000, regulamentada pelo Decreto n. 5.598/2005, a política de Aprendizagem Profissional tem caráter permanente e estabelece a obrigatoriedade de empresas de médio e grande porte contratarem aprendizes entre 14 e 24 anos. Ela reúne a qualificação e a inserção em uma única ação. Por essa perspectiva, ela pode ser considerada uma ação afirmativa social.

De acordo com os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), em dezembro de 2019, o total de aprendizes de 14 a 24 anos contratados no país era de 455.741 mil. Vale destacar que em razão da pandemia de covid-19, entre abril e novembro de 2020, o Brasil fechou 86.731 vagas de trabalho para jovens aprendizes².

De acordo com dados oficiais do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)³ o valor médio do salário de um jovem aprendiz é de R\$711,55 por 24 horas semanais. Maior que o valor do auxílio emergencial (a parcela mais alta foi no valor de R\$600,00) concedido pelo Governo Federal destinado aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais, autônomos e desempregados como proteção emergencial no período de pandemia do coronavírus.

Por possuírem contrato de aprendizagem e registro em carteira de trabalho, os aprendizes não se enquadraram nas categorias aceitas pela Lei que promulgava o auxílio emergencial⁴. Isso quer dizer que famílias de jovens aprendizes podem ter sido impactadas

² Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/pandemia-prejudica-o-emprego-formal-de-jovens-de-baixa-renda/> Acesso em: 24 de ago. de 2023.

³ As informações relacionadas ao Novo CAGED podem ser verificadas no link: <http://pdet.mte.gov.br/novo-caged> Acesso em: 24 de ago. de 2023.

⁴ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Lei/L13982.htm Acesso em: 24 de ago. de 2023.

por uma diminuição significativa na renda, visto que o número de desempregados cresceu significativamente durante a pandemia, principalmente nos anos de 2020 e 2021.

Para refletir sobre o impacto do primeiro ano de pandemia (2020) no contexto da Aprendizagem Profissional, segue uma tabela com saldo de admitidos e desligados em vagas de aprendizes entre os anos de 2006 e 2020:

Tabela 1 – Aprendizes admitidos e desligados.

Saldo de vagas de aprendiz de 14 a 24 anos de abril a novembro de cada ano			
Ano	Admitidos	Desligados	Saldo
2020	131.320	218.051	-86.731
2019	303.271	277.387	25.884
2018	297.561	250.167	47.394
2017	259.623	233.454	26.169
2016	262.751	248.275	14.476
2015	263.723	241.186	22.537
2014	270.362	233.620	36.742
2013	224.290	191.745	32.545
2012	194.411	151.742	42.669
2011	169.956	125.319	44.637
2010	141.912	98.239	43.673
2009	104.465	77.940	26.525
2008	90.623	72.629	17.994
2007	75.103	53.258	21.845
2006	50.712	31.960	18.752

Fonte dos dados: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Elaboração da tabela: Kairós Desenvolvimento Social.

De acordo com uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em agosto de 2021 o Brasil tinha 14,8 milhões de desempregados⁵, o que representa 14,7% da população economicamente ativa. Mas esse índice é ainda maior entre os mais jovens. Em maio de 2021, na faixa etária de 14 a 17 anos 46% buscaram trabalho. De 18 a 24 anos o desemprego afeta 31% das pessoas. De acordo com a publicação⁶, os jovens são a maior parcela das pessoas que vivem o chamado desemprego de longo prazo, quando a pessoa passa mais de dois anos direto procurando uma vaga de trabalho.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), a juventude compreende o grupo mais afetado pelo desemprego no país, 70% das pessoas

⁵ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/economia/audio/2021-08/pesquisa-aponta-que-os-jovens-sao-os-mais-afetados-pelo-desemprego> Acesso em: 24 de ago. de 2023.

⁶ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/economia/audio/2021-08/pesquisa-aponta-que-os-jovens-sao-os-mais-afetados-pelo-desemprego> Acesso em: 24 de ago. de 2023.

desempregadas tinham faixa-etária entre 14 e 24 anos de idade. Nesse caminho, ancorado no artigo 428 da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT)⁷ a Aprendizagem Profissional é uma política que visa inserir jovens no emprego por meio de um contrato formal de trabalho de até 2 anos para adolescentes e jovens com idade entre 14 e 24 anos. Uma importante informação é a de que não há limite máximo de idade para pessoas com deficiência.

O objetivo central dessa política é o de propiciar à juventude o acesso à formação técnico-profissional metódica. O aspecto formativo deve se sobrepôr ao produtivo, como descrito no artigo 429 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Para tanto, envolve-se necessariamente uma instituição educacional habilitada. O Programa prevê a alternância de aulas (teóricas e práticas) e práticas profissionais, ambas, referentes à ocupação/profissão. As escolas dos Serviços Nacionais de Aprendizagem, integrantes do Sistema S por meio de sua missão, têm prioridade como instituições formadoras da Aprendizagem Profissional:

Art. 429 - Os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a 5%, no mínimo, e 15%, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional. (CLT, 1943, art. 429)

Para a identificação da função e formação a ser desenvolvida pelos jovens, utiliza-se o Catálogo Brasileiro de Ocupações (CBO). No Senac-SP, as formações referem-se à CBO 4110-30 (auxiliar de pessoal), à CBO 4221-05 (repcionista) e à CBO 4110-10 (assistente administrativo).

O contrato de aprendizagem rompe-se quando o aprendiz completa 24 anos (ressalva para pessoas com deficiência) ou nas seguintes ocasiões: i. quando o jovem demonstra desempenho insuficiente no trabalho ou na escola; ii. quando comete falta disciplinar grave; iii. quando tem ausência não justificada na escola de Educação Básica que implique perda do ano letivo, caracterizada por meio de declaração da instituição de ensino ou iv. quando solicitado pelo aprendiz. Ressalta-se que com o rompimento do contrato, o jovem não pode mais participar das aulas na escola/instituição vinculada ao Programa.

⁷ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm Acesso em: 22 de ago. de 2023.

O Programa de Aprendizagem Profissional no Senac-SP⁸ tem carga horária de 1560 horas, sendo 1080 horas na empresa e 480 horas na instituição escolar. Ele está vinculado à área de tecnologias sociais e desenvolvimento humano, na qual jovens manifestam as competências essenciais para a continuidade no mundo do trabalho e também competências técnicas, comportamentais e socioemocionais, visando, além da formação para e no trabalho, a formação da cidadania e o desenvolvimento pessoal. Ao finalizar é conferido ao jovem o certificado de conclusão de curso de Aprendizagem Profissional Comercial em Serviços de Vendas.

Grande parte dos aprendizes matriculados no Senac-SP trabalham em estabelecimentos comerciais, como supermercados, drogarias, lojas de autopeças, seguradoras, livrarias, entre outros. Alguns aprendizes atuam em hospitais e igrejas evangélicas. Isso demonstra que os locais têm suas especificidades. Contudo, há entre eles uma característica: o fato de todos os aprendizes realizarem atividades de atendimento ao público.

A proposta pedagógica do Senac-SP tem como base o protagonismo de seus educandos e a concepção de trabalho como aspecto transformador social e economicamente à vida dos trabalhadores. Para tanto, utilizam-se as metodologias ativas de ensino-aprendizagem com objetivo de desenvolver, além do domínio técnico-científico, atitudes colaborativa, sustentável e empreendedora e inclusão social, conforme expressa a proposta pedagógica dessa instituição.

Os jovens inscritos na Política Pública de AP, que se relacionam com os colegas, a instituições e a empresa por mais de um ano, vivenciam mais do que relações de estudo e de trabalho, pois se constituem coletiva e individualmente como sujeitos. Nesse sentido, vale trazer o pensamento do educador Paulo Freire de que a escola é:

Lugar onde se faz amigos, [...] gente que trabalha, que estuda, que se alegra, se conhece, se estima. [...] e a escola será cada vez melhor na medida em que cada um se comporte como colega, amigo, irmão. Nada de ser como o tijolo que forma a parede, indiferente, frio, só. [...] numa escola assim vai ser fácil estudar, trabalhar, crescer, fazer amigos, educar-se, ser feliz. (Freire, 2005, p. 71-72)

⁸ <https://www.sp.senac.br/pdf/65369.pdf> Acesso em: 21 de ago. de 2023.

O espaço escolar é socialmente reconhecido como um lugar onde o homem se transforma, por conseguinte, transforma a sociedade. No contexto da Aprendizagem Profissional, tal transformação se dá por meio da educação profissional.

Pandemia e a Aprendizagem Profissional no Senac-SP

Em pouquíssimo tempo, após anúncio do surto de covid-19 no mês de março/2020, as escolas brasileiras tiveram de suspender as aulas presenciais, assim como, restringir a circulação de pessoas em espaços de aglomeração. Fechar temporariamente as escolas, além de proteger os alunos, minimizou as chances de que eles se tornassem vetores do vírus para o seu círculo social, sobretudo, para os idosos e demais grupos de risco, visto que em grande parte dos lares brasileiros há convívio entre eles. Entretanto, tal determinação de fechamento tinha efeitos positivos e necessários, mas também negativos, como descreve Muñoz (2020, s/p):

[...] o fechamento das escolas pode significar a interrupção do processo de aprendizagem, principalmente para crianças com alta vulnerabilidade. A ausência de interação entre estudantes e professores rompe o processo de aprendizagem e se a pandemia durar muitas semanas, não será possível recuperar o tempo perdido quando as escolas reabrirem. Também se eleva o risco de aumentar as taxas de abandono escolar, especialmente entre os alunos de famílias em situação de alta vulnerabilidade.

Segundo dados da PNAD⁹, do IBGE, 21,9% dos idosos moram em domicílios onde alguém frequentava escola, apontando a importância da suspensão das atividades escolares presenciais, protegendo alunos e familiares que convivem no mesmo lar.

Nas escolas do Senac-SP a interrupção das atividades presenciais aconteceu no dia 16/03/2020, com muita incerteza sobre o seu retorno presencial. Nesse sentido, pode-se refletir também sobre as incertezas e inseguranças que pairavam nos pensamentos dos jovens aprendizes, que compartilham a carga horária da Aprendizagem Profissional entre a empresa e a escola Senac-SP, espaços que, inclusive, poderiam ter posicionamentos diferentes à pandemia. No início da quarentena essa escola de educação profissional tinha

⁹ Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2020/boletimEspecial01.html> Acesso em: 26 de jul. 2023.

aproximadamente 21 turmas do PSPA, totalizando mais de 500 aprendizes. Todos estes foram orientados a ficarem em suas casas, porém, com poucas informações sobre a situação de trabalho.

Uma nota técnica¹⁰ do Ministério Público do Trabalho (MPT) em consonância com a Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente, expedida em 18/03, orientava sobre aulas a distância e solicitava a substituição do trabalho presencial por remoto, com garantia de estrutura tecnológica adequada para realização das atividades profissionais. A nota também recomendava o afastamento imediato, sem prejuízo de remuneração, para jovens de 14 a 18 anos. Já às aulas, atuação do Senac-SP, orientou-se a interrupção ou, se possível, o desenvolvimento a distância. Nesse sentido, o posicionamento do Senac-SP fora de suspensão, até que as escolas se organizassem para a ação educacional remota.

Ainda nos meses de março e abril/2022, com base nas Medidas Provisórias - nº 927/2022¹¹, nº 936/2020¹² e nº 1.045/2020¹³ - os empregadores puderam: promover a antecipação de férias dos aprendizes; executar o trabalho remoto enquanto durar o estado de calamidade pública; direcionar o trabalhador para qualificação; adotar a medida de suspensão temporária do contrato de trabalho e reduzir jornada e salário de até 70%, proporcionalmente. Os casos de suspensão do contrato de trabalho ou de redução da carga horária semanal de trabalho tiveram apoio do Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda.

Todas essas ações e Medidas impactaram a vida profissional, educacional e econômica dos jovens. Poucos jovens tiveram as devidas informações sobre a sua situação de trabalho durante este período. Os educadores dessa escola relataram que jovens os procuravam buscando informações que não receberam por parte da empresa. Perguntas

¹⁰ Disponível em: https://mpt.mp.br/pgt/noticias/nota-tecnica_adolescentes-1.pdf Acesso em: 21 de ago. de 2023.

¹¹ Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-927-de-22-de-marco-de-2020-249098775>. Acesso em: 21 de ago. de 2023.

¹² Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Mpv/mpv936.htm. Acesso em: 21 de ago. de 2023.

¹³ Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.045-de-27-de-abril-de-2021-316257308>. Acesso em: 21 de ago. de 2023.

como quanto eu vou receber?, quando vou receber? e o que eu preciso fazer para receber” foram constantes dúvidas entre os jovens.

As medidas adotadas pelas empresas implicaram em fluxos administrativos do Senac-SP, tais como a adequação dos cronogramas das aulas e o aditamento dos contratos de todos os jovens que tiveram suspensão contratual, redução de carga horária e salário ou férias adiantadas. Para tanto, o Senac-SP teve um intenso diálogo com as empresas para rever individualmente a situação de mais de 500 educandos.

Em maio/2020, ainda no período de suspensão das aulas organizando-se para o retorno remoto, a escola Senac-SP elaborou um formulário digital e o enviou para todos os aprendizes com objetivo de conhecer as condições de trabalho e de estudo dos jovens. Por intermédio das respostas ao formulário constatou-se que mais de 20 aprendizes foram desligados pelas empresas ainda no mês de março/2020. Pode-se refletir sobre um cenário de incertezas que produziu emoções e subjetividades nesses jovens acerca do mundo do trabalho, de suas responsabilidades e relações sociais. Destaca-se que os jovens desligados das empresas não puderam continuar participando das aulas no Senac-SP.

Alguns autores, como Bajoit e Franssen (1997) compreendem a adolescência com a experiência do trabalho, esta, como atividade que influencia à identidade dos jovens. Esses autores ressaltam a ideia de que empregos com “carteira assinada” e respaldados por direitos trabalhistas, calcam-se em uma concepção tradicional de trabalho. Contudo, em razão da crise de emprego e pelos avanços de políticas inspiradas no modelo neoliberal, a inserção de muitos jovens no contexto tradicional se tornou difícil, complexa e distante. Cada grupo social vive esta crise de maneira diferenciada, segundo estudo desses dois pesquisadores.

No âmbito de jovens do meio popular – economicamente pobres ou miseráveis -, a representação do trabalho está estritamente relacionada com às condições de socialização e pertencimento, na qual, o desemprego é compreendido e vivenciado como exclusão. O cenário é diferente entre os jovens da classe média, estes, buscam projetos de auto realização, em detrimento da procura por trabalho. Nesse sentido, o desemprego para eles, pode ser compreendido como um período para redefinição de projetos e planos pessoais.

Com isso, pode-se deduzir que a rescisão do contrato por parte da empresa produz sentidos e emoções nos jovens das camadas populares. A demissão de um jovem pobre pode ser interpretada e sentida como parte de mais um processo de exclusão social e econômica. A descontinuidade no trabalho pode acarretar, além da evasão de um grupo social, no qual o jovem criou vínculos, o sentimento de não pertencimento ao mundo do trabalho, de insuficiência financeira e de incompetência profissional.

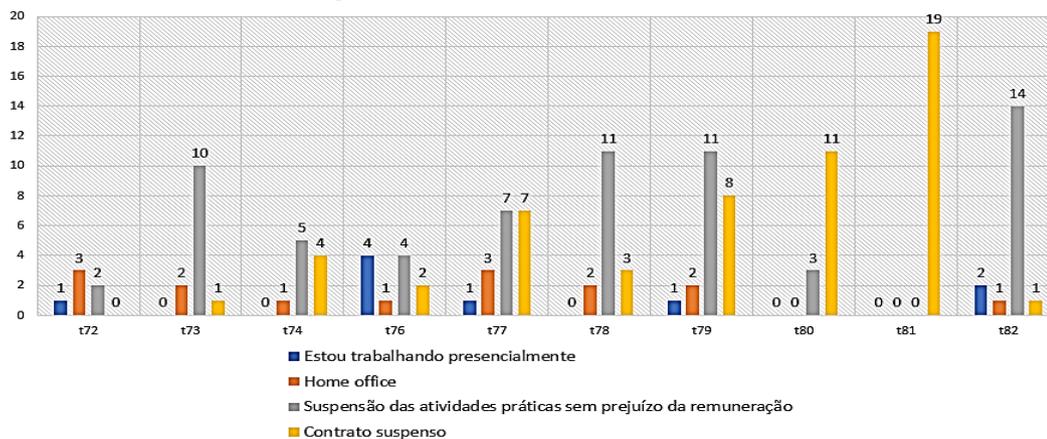
Após dois meses de suspensão das aulas, o PSAP retornou remotamente às atividades em 26/05/2020. As MPs impactaram questões administrativas e também didático-educacionais. Visto que as turmas se compõem, geralmente, por jovens de diversas empresas, uns retornaram antes do que outros às aulas remotas. Para se ter uma ideia: uma empresa suspendeu o contrato dos jovens por 60 dias, no entanto, outra empresa prorrogou a suspensão por mais 30, totalizando 90 dias. Com isso, jovens da mesma turma estavam em diferentes momentos de aprendizagem, necessitando adaptação e adequação no planejamento e na realização das aulas.

Como a Lei prevê a obrigatoriedade da concomitância da atuação profissional e dos estudos, os aprendizes com contrato suspenso não puderam retornar às aulas remotas, retornando às aulas apenas no mesmo momento de retorno para a empresa. A redução da jornada de trabalho/salário também influenciou o tempo de aula no Senac-SP, que foi diminuído proporcionalmente. Isso significa dizer que os alunos impactados pela redução de jornada/salário, finalizavam as aulas antes dos demais, ajustando o período da escola ao mesmo da empresa.

Outro fato informado por aprendizes em resposta à pesquisa é o de que algumas empresas mantiveram jovens que têm idade superior a 18 anos em atividades presenciais de segunda a sexta-feira, nos meses de suspensão das aulas. Ao menos 15 aprendizes relataram essa situação, constatando descumprimento na finalidade da política pública, ao utilizarem o período de estudos para a prática profissional.

Algumas empresas que desligaram aprendizes, após serem autuadas, tiveram de recontratá-los. Essa situação de retorno ao trabalho após rescisão contratual aconteceu com 3 jovens. Abaixo apresentam-se gráficos extraídos de informações de 10 das 21 turmas do PSAP em curso no período pandêmico. Destaca-se que nem todos os aprendizes preencheram a pesquisa:

Gráfico 1 – Situações dos alunos por turma.
Situação Atual dos alunos em 15/05/2020

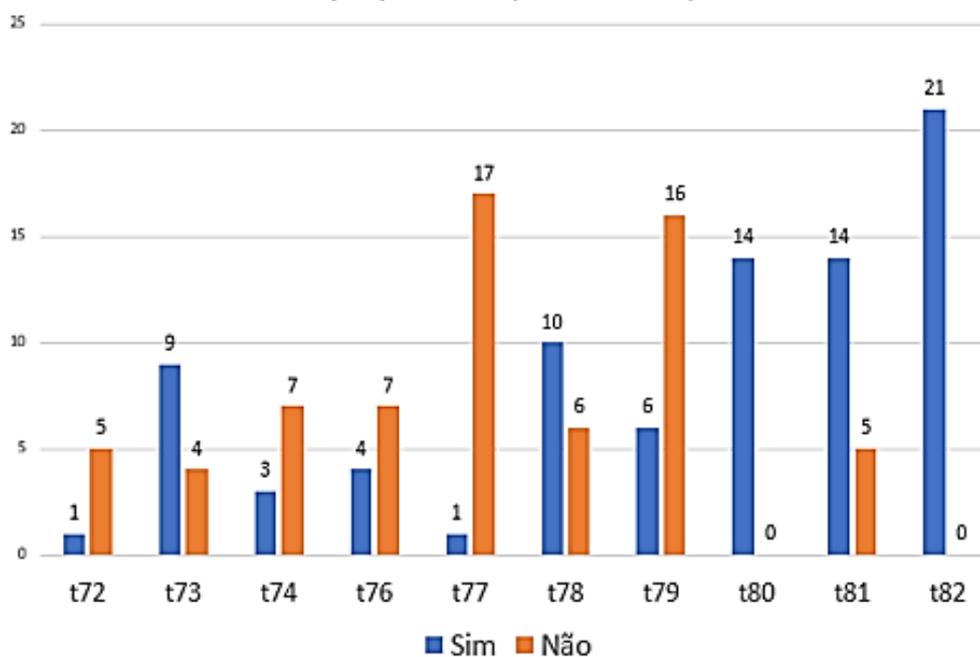


Fonte: Planilha do autor desta pesquisa.

A maioria dos jovens que participou da pesquisa tiveram outros impactos no trabalho, para além da adoção do home office.

Gráfico 2 – Situações dos aprendizes na pandemia.

Situação por turma / férias antecipada

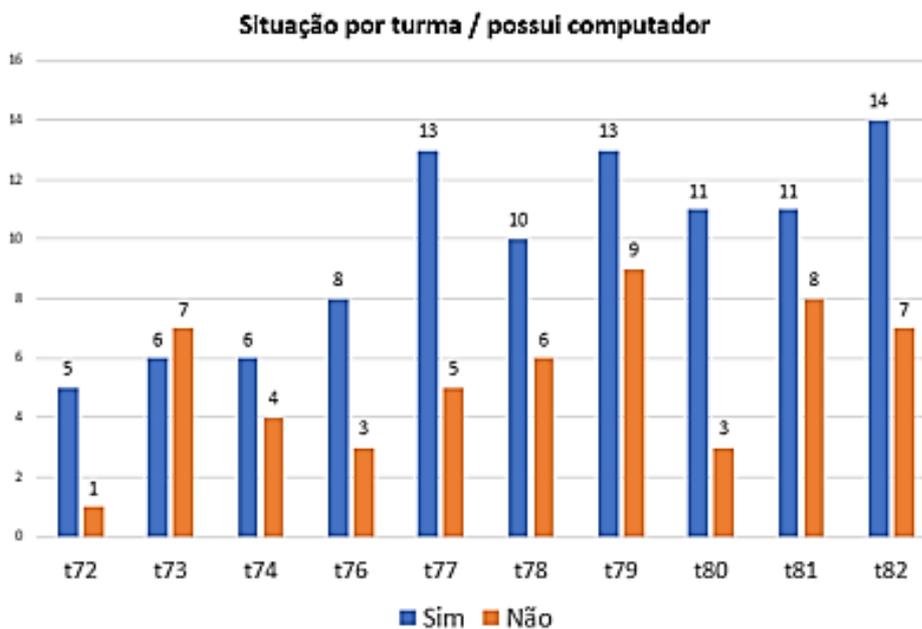


Fonte: Planilha do autor desta pesquisa.

O adiantamento do período de férias foi constatado por 45% do número total de aprendizes que responderam à pesquisa. Por intermédio das respostas, o Senac-SP também identificou as condições dos aprendizes referente ao acesso à internet e a

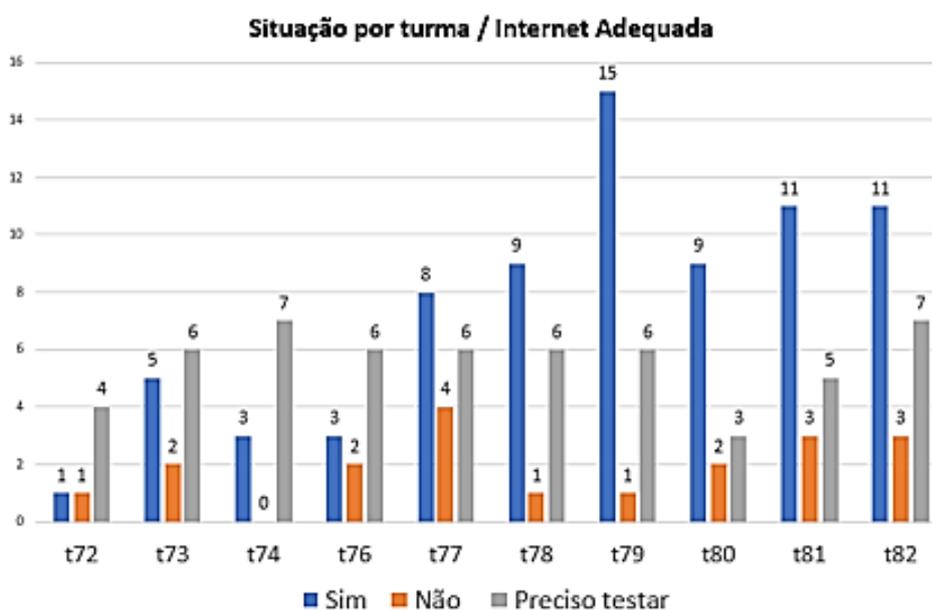
aparelhos eletrônicos para participarem das aulas remotas. Todas as turmas tinham alunos sem acesso à internet, sem computador ou ambos. Nesse sentido, pode-se refletir que nem todos os jovens tinham condições materiais concretas para o acompanhamento da ação educacional remota.

Gráfico 3 – Aprendizes com e sem computadores próprios.



Fonte: Planilha do autor desta pesquisa.

Gráfico 4 – Aprendizes e a internet para acesso a aula.



Fonte: Planilha do autor desta pesquisa.

Os gráficos acima expõem desigualdades sociodigitais. Alguns aprendizes que não possuíam computador participaram das aulas remotas por meio de aparelho celular. Limitação de dados móveis de internet via celular ou wi-fi com acesso restrito eram frequentes questões nos diálogos durante as aulas. Não obstante, foi a única maneira encontrada para continuidade da ação educacional no período de pandemia.

Entre os meses de março e maio/2020, essa escola do Senac-SP organizou a transposição das aulas presenciais às remotas. Foram promovidas formações online por meio de tutorias, plantões de dúvidas, treinamentos e reuniões com educadores visando apropriação de estratégias e ferramentas de planejamento, mediação e avaliação da ação educacional remota.

As características de colaboração e de coletividade eram presentes nos cotidianos das turmas de aprendizes. Embora acontecessem conflitos e pequenas tensões, na maior parte do tempo os aprendizes trocavam experiências, davam conselhos e ajudavam uns aos outros. Anterior a pandemia, na maioria das atividades pedagógicas era possível presenciar risadas, reflexões e atitudes de afeto entre os jovens.

Não obstante, no remoto houve mudança na dinâmica de comportamento desses educandos. O clima participativo, contributivo e descontraído das aulas presenciais não teve continuidade no ensino remoto. Poucas turmas e poucos jovens se expressavam verbalmente com câmeras e microfones abertos durante as aulas, como constataram os educadores.

Tem-se como hipótese que parte dessa mudança negativa emerge da fragmentação das turmas no período de pandemia. Em razão da adoção das diversas medidas provisórias criaram-se novas configurações para as turmas, com alunos que encerravam as aulas antes de outros (casos de redução de carga horária e salário) e alunos que retornaram para as aulas em momentos diferentes (suspensão de contrato).

O autor deste trabalho acompanhou remotamente 4 aulas e em todas elas o assunto da própria pandemia se destacou nos diálogos. Abordagens sobre como a perda de colegas e familiares em razão da covid-19, narrativas sobre familiares que perderam os empregos, além de depoimentos que expressavam o medo dos jovens acerca dos aspectos profissionais, financeiros e com a própria saúde também eclodiram entre as práticas pedagógicas.

Considerando que são jovens com idade entre 14 e 24 anos imersos nessas questões, pode-se refletir que elas ganham ainda mais tónus. Por essa perspectiva, constatou-se nessas 4 aulas que os educadores do PSAP não silenciaram essas condições tão importantes aos jovens e acolheram as temáticas no ambiente digital. Vale destacar que o luto não era apenas uma condição dos aprendizes, mas de todo o coletivo escolar.

Presencialmente eram corriqueiros os diálogos relacionados ao futuro, à profissão, constituição familiar e planos. Já no ambiente remoto, notou-se que as temáticas sobre perspectivas de futuro pouco apareceram. Nesse sentido, cabe uma indagação: naquele momento, em curso de uma pandemia, qual seria o futuro possível?

Considerações finais

Este artigo, em nenhum parágrafo defende a ideia de que um retorno presencial sem as condições sanitárias para isto resolveria as questões nele abordadas. Afinal, os números elevados de casos de infecção e de óbitos motivados pela covid-19 poderiam ser ainda mais altos com contato diário presencial nas escolas brasileiras.

No contexto da escola do Senac-SP, a mudança temporária do ensino presencial para o digital/virtual em razão da pandemia, trouxe alterações significativas para jovens inscritos na Política Pública de Aprendizagem Profissional. Entre os anos de 2020 e 2021 foi possível evidenciar, na escola retratada, mudanças no comportamento dos jovens nesses dois ambientes (presencial e remota). Enquanto nos momentos presenciais, no geral, os jovens se mostravam dispostos e participativos, no remoto o engajamento foi menor, com raros momentos de expressão por meio de câmeras, microfones e diálogos na ferramenta de bate papo.

Em diversas conversas cotidianas com educadores emergiu-se a temática da baixa participação dos aprendizes no ambiente digital, com algumas poucas exceções, de turmas que se mantiveram engajadas no ensino remoto. Isso remete a um desestímulo e/ou desconforto com a educação virtual, ainda que grande parte dos educandos utilizem cotidianamente aplicativos e plataformas digitais.

Ainda em conversas com os educadores e por meio das respostas dos aprendizes à pesquisa realizada por essa escola do Senac-SP, pôde-se constatar que alguns aprendizes não possuíam estrutura básica para participarem das aulas remotas. Essa informação confirmou-se nos gráficos e tabelas apresentadas neste trabalho com dados de 10 das 21 turmas do PSAP. Há muitos casos de falta de estrutura física e, pode-se pressupor que, em outros casos, também de hábito para os processos de ensino-aprendizagem nas ferramentas digitais.

Por essa perspectiva, faz-se necessário refletir acerca da qualidade dos aparelhos eletrônicos que os educandos dispõem para participarem das aulas, assim como, o sinal de internet e as condições de moradia para que a educação remota tenha o êxito esperado. Sentimentos, emoções e subjetividades emergiram no ambiente educacional remoto ou na impossibilidade de acesso à plataforma de aprendizagem digital.

A pandemia impactou toda a população. Contudo, jovens de diferentes classes sociais podem vivenciar experiências distintas em situações parecidas. Alguns jovens inscritos nesta política pública foram afetados nos âmbitos social, econômico e educacional. A ausência de informações sobre a situação de trabalho durante os primeiros meses de pandemia, a redução de carga horária e de salário, a suspensão do contrato de trabalho ou a rescisão contratual por parte da empresa podem produzir sentidos e significados relacionadas à exclusão nos aprendizes.

Em um mundo cada vez mais conectado e digitalizado há urgência em desenvolver a educação profissional com práticas tecnológicas, visto que atualmente as novas tecnologias estão incorporadas no cotidiano dos jovens. Apesar disso, há um abismo socioeconômico entre as diferentes classes sociais que influencia o desenvolvimento educacional. Nesse sentido, faz-se necessário construir novas políticas públicas e práticas educacionais de inclusão digital, tanto em conteúdo a ser desenvolvido durante as aulas, quanto em recursos físicos e materiais para que os jovens possam participar ativamente dessas aulas. A pandemia expôs, ainda mais, que a realidade continua sendo injusta. O virtual/digital foi elementar, entretanto, também se mostrou excludente e ineficaz em alguns momentos.

Frigotto (1985) nos faz refletir ao afirmar que a preocupação das políticas educacionais deveria se atentar em como a escola articula os interesses de classe dos trabalhadores. Tal pensamento é de suma importância, ainda mais tratando-se da educação para e no trabalho. De acordo com Frigotto (1985), faz-se importante analisar as políticas públicas e as condições em que trabalho e educação se dão na sociedade capitalista brasileira para almejar transformações sociais e econômicas por meio da formação profissional.

Um caminho possível é a construção coletiva de políticas, em um trabalho de intersecção e diálogo constante entre os jovens, o mundo do trabalho e a educação profissional tendo como horizonte a redução das desigualdades visando fortalecer aspectos econômicos, profissionais, culturais e educacionais dos sujeitos inscritos na Política Pública de qualificação profissional.

Referências

BAJOIT, G.; FRANSSSEN, A. O trabalho, busca de sentido. **Revista Brasileira de Educação-ANPED**, v.5-6, p.76-95, 1997.

BOCK, A. A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores. **Revista semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)**, v.11, n.1, p.63-76, 2007.

BRASIL. **Medida Provisória nº 927, de 22 de março de 2020**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Mpv/mpv927.htm. Acesso em: 10/08/2022.

BRASIL. **Decreto-lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943**. Aprova a consolidação das leis do trabalho. Lex: coletânea de legislação: edição federal, São Paulo, v. 7, 1943.

BRASIL. **Medida Provisória nº 1.045 de 27 de abril de 2021**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.045-de-27-de-abril-de-2021-316257308>. Acesso em: 10/08/2022.

BRASIL. **Medida Provisória nº 936 de 1º de abril de 2020**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/mpv/mpv936.htm. Acesso em: 06/08/2022.

DAYRELL, J. T. A escola faz as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação e Sociedade**, v.28, p.1105-1128, 2007.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. 31 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

FRIGOTTO, G. A Relação da Educação Profissional e Tecnológica com a Universalização da Educação Básica. **Educação & Sociedade**, v.28, n.100, esp., p.1129-1152, 2007.

FRIGOTTO, G. Trabalho como princípio educativo: por uma superação das ambigüidades. **Boletim Técnico do Senac**, v.11, n.3, p.175-182, 1985.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua PNAD**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Rio de Janeiro. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=o-que-e> Acesso em: 13/08/2022.

MUÑOZ, R. **A experiência internacional com os impactos da COVID-19 na educação**. 2020. Disponível em: <https://pubdocs.worldbank.org/en/413781585870205922/pdf/POLITICAS-EDUCACIONAIS-NA-PANDEMIA-DA-COVID-19-O-QUE-O-BRASIL-PODE-APRENDER-COM-O-RESTO-DO-MUNDO.pdf>. Acesso em: 15/08/2022.

RAMOS, M. N. **Pedagogia das Competências**: autonomia ou adaptação? São Paulo: Cortez, 2001.